

Frustrada nova tentativa de golpe incentivada por Bolsonaro



PM do DF não impediu bolsonaristas de invadir o Congresso Nacional

Na tarde deste domingo (8/1) os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal foram invadidos e depredados por grupos ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro. O objetivo era criar uma situação de caos total para levar as forças armadas a realizar uma intervenção, afastando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do cargo, no que seria um golpe de Estado.

O ataque às instituições democráticas e o não reconhecimento do resultado das eleições, bem como a montagem de acampamentos em Brasília e nas principais cidades do país em frente a quartéis do Exército,

foram decisões de Bolsonaro, veladas ou não, e de seus aliados. A ação de domingo foi convocada e organizada através de grupos bolsonaristas via whatsapp, colocando à disposição ônibus partindo de várias cidades, chegando a Brasília na parte da manhã, se unindo aos que estavam no Quartel General do Exército.

“Assistimos estupefatos e atônitos com os atos terroristas que atingiram o Congresso Nacional, o Supremo e o Palácio do Planalto, tendo sido vilipendiados e até subtraídos símbolos da República, além da destruição do patrimônio público, mas que fundamentalmente atingiram a democracia”, afirmou José Ferreira, presidente do Sin-

Conivência de autoridades do DF



Depois de horas a polícia de Brasília finalmente inicia a desocupação dos prédios do STF, Planalto e Congresso

Ficou claro que houve conivência das autoridades responsáveis pela segurança, como o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que nomeou Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, para a secretaria de Segurança de Brasília. Anderson, inclusive, não se encontrava no Brasil, no domingo, tendo viajado, vejam só, para a Flórida (EUA), onde se encontra o ex-presidente Bolsonaro.

Apesar das informações so-

bre a chegada de ônibus com bolsonaristas de vários estados, nenhum esquema de segurança especial foi montado. Milhares de golpistas foram em passeata do QG do Exército até o Congresso Nacional e depois ao STF e Palácio do Planalto sem serem incomodados pela Polícia Militar de Brasília. Pelo contrário, foram escoltados pela PM durante todo o trajeto, tendo sua entrada nos prédios liberada pelos policiais.

dicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

E acrescentou: “Precisamos dizer não a esses ataques, nos organizarmos na defesa do rees-

tabelecimento da normalidade democrática e da paz, que tantas vidas nos custou para que superássemos o período ditatorial fazendo renascer a democracia”.

Lula decreta intervenção na segurança e STF afasta Ibaneis Rocha

Somente à tarde, após a invasão dos prédios dos três poderes, é que o governador Ibaneis Rocha decidiu tomar alguma atitude para evitar uma intervenção que o afastasse do poder: demitiu o bolsonarista ausente Anderson Torres e determinou às forças de segurança que desocupassem os prédios, prendessem em flagrante os golpistas invasores e dispersassem quem estivesse partici-

pando do ato golpista.

Pouco depois, no entanto, o presidente Lula que visitava a cidade de Araraquara, castigada pelas chuvas, decretou a intervenção na segurança pública do DF. À noite, voltou a Brasília, visitou o Palácio do Planalto, e o prédio do STF, ambos depredados, reunindo-se com a presidenta do Tribunal, Rosa Weber e o ministro Luiz Barroso.

Nesta madrugada, o presiden-

te do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Alexandre de Moraes, determinou por 90 dias o afastamento do cargo do governador Ibaneis, por entender que os atos terroristas só podem ter ocorrido com a conivência do governo do DF, ‘uma vez que os preparativos para a arruaça eram conhecidos’.

Com a ação policial, foram presos, à tarde e à noite, inicialmente, 172 pessoas, levadas para

as instalações da Polícia Civil. Outras que estavam próximas aos prédios depredados também foram detidas à noite. Nesta segunda-feira, o Exército desmontou o acampamento em frente ao QG, prendendo os participantes que ali estavam e levando-os para a Superintendência da Polícia Federal em dezenas de ônibus. O estimativa é de que tenham sido detidos mais de 1 mil golpistas.

Itaú inicia 2023 demitindo e impedindo moradores de rua de dormir em marquises

A gestão do Itaú é mesmo muito cara de pau. Fez uma propaganda de fim de ano dizendo que respeito é o mais importante, mas inicia 2023, demitindo. Os bancários dispensados tinham mais de 10 anos de trabalho no banco.

As demissões colocam mães e pais de família na rua, revelando uma evidente contradição entre a publicidade e a realidade. Não só em relação aos bancários, como aos clientes, explorados com juros e tarifas altíssimas.

Além disto, o Itaú tem colocado pinos de concreto para impedir pessoas sem moradia de dormir embaixo de suas marquises. Causou indignação nas redes virtuais a foto de pinos de concreto colocados sobre a calçada de uma agência do banco em São Paulo para impedir que moradores de rua pudessem ali se abrigar.

Em sua campanha publicitária de fim de ano o Itaú afirma que o mais importante é o 'respeito'. Uma criança fala isto. A atriz Fernanda Montenegro pergunta com carinho: "Mas as outras palavras, bondade, humanidade, esperança, hum?" E a criança responde: "Sem



Demissões e pinos contra moradores

respeito, elas não existem". A atriz e outros artistas concordam. Uma voz ao fundo, acompanhada da logomarca do Itaú, completa: "respeito por todo o mundo, muda o mundo".

PINOS SÃO ILEGAIS

A colocação de peças para impedir a presença de população sem moradia é proibida por lei aprovada pelo Congresso Nacional e vetada no fim do ano pelo então presidente Jair Bolsonaro, veto este derrubado pelo Congresso em 16 de dezembro, sendo a lei promulgada em 21 de dezembro. Como é uma legislação proposta pelo padre Júlio Lancellotti, bastante conhecido pelo seu trabalho de proteção aos que não têm onde morar, ganhou o nome de Lei Padre Júlio Lancellotti.

O projeto, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), tramitou no Senado, onde foi aprovado, o mesmo acontecendo na Câmara dos Deputados. O texto proíbe o uso de materiais ou estruturas para afastar pessoas em situação de rua de locais públicos, a chamada "arquitetura hostil".

Presidenta do BB pode mandar investigar negócio envolvendo BTG e Guedes



Tarciana é a nova presidenta do Banco do Brasil

A possibilidade da nova presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, determinar a investigação sobre a venda pelo BB de uma carteira de crédito de R\$ 2,9 bilhões ao BTG Pactual, por R\$ 317 milhões, foi levantada pelo site 247 junto a fontes da instituição. Segundo as informações, o negócio é considerado um "escândalo financeiro que teria sido

praticado em 2020 pelo ex-ministro Paulo Guedes, que não deverá passar em branco". A transação é considerada dentro do BB como "grossa corrupção" de Guedes, diz o site 247.

O negócio, de pai para filho, envolveria o ex-ministro da Economia por ter sido fundador do BTG e, ao mesmo tempo, comandar a pasta a qual o BB é diretamen-

te subordinado, ou seja, a venda não poderia ter acontecido sem a sua aprovação. O site revela que a consideração técnica entre funcionários é a de que Guedes tratou os recebíveis como "crédito padre", quando, na verdade, argumentam, são créditos sadios, visto que têm garantias asseguradas para evitar calotes dessa magnitude.

"Ocorreu, tão somente, comenta-se dentro do BB, uma negociata espúria, inaceitável, que a Procuradoria Geral da República deve investigar a fundo. Comprovada a maracutaia – a de que o BTG teria pago apenas 10% do valor de face da dívida, para arrecadar perto de 80%, sem fazer força –, a operação precisaria ser desfeita e submetida a processo legal para apurar responsabilidades. Aos acusados seria dado amplo direito de defesa. Se, ao final, for comprovada a ilegalidade, a prisão dos responsáveis seria determinada pela justiça", explica o 247.

FERREIRA: ÓTIMA NOTÍCIA

Para o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, José Ferreira, essa é o que podemos chamar de uma ótima notícia. "Os rumores sobre o favorecimento na venda de parte da carteira de inadimplentes do BB tinha sinais de favorecimento a um grupo econômico em que Paulo Guedes é um dos controladores. Essa investigação terá o condão da proteção ao patrimônio público, merecendo nosso total apoio", afirmou.

Rita Mota, diretora do Sindicato e integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), concorda que a operação da carteira foi escandalosa. "Era evidente a divergência de valores, entre aquilo que poderia dar de retorno para o banco, e o que efetivamente deu", numa comparação entre o valor da carteira e o preço pago pelo BTG.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel.: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor interino:** Olyntho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 13.000**

Caixa completa 162 anos, sempre presente na vida do povo brasileiro

A Caixa Econômica Federal foi criada em 12 de janeiro de 1861, no Rio de Janeiro, pelo Imperador Pedro II, com a missão de conceder empréstimos e incentivar a poupança popular. Líder neste segmento, a missão social do banco se revelou, desde o início, com a utilização da poupança por pessoas escravizadas na compra de cartas de alforria.

É reconhecida como instituição financeira sólida e de forte vocação pública e social, constituindo-se num dos principais braços do governo federal na execução de políticas públicas. Praticamente toda a população em algum momento utilizou os produtos e serviços da Caixa, como saque do FGTS e sua utilização na moradia própria; financiamento habitacional (especialmente para a população de baixa renda, constantemente negligenciada pelos bancos privados); seguro-desemprego, PIS e outros benefícios sociais. Entre estes estão o auxílio emergencial, indispensável para a população mais carente enfrentar o período pandêmico.

“Aqui, mais uma vez ficou claro o interesse exclusivo dos bancos privados pelo lucro, uma vez que,

embora os bancários tenham sido considerados categoria essencial, os bancos privados se recusaram a efetuar o pagamento do auxílio emergencial além de demitir milhares de bancários em plena pandemia”, lembrou Rogério Campanate, diretor do Sindicato e integrante da Comissão Executiva dos Empregados (CEE).

PRIVATIZAÇÃO AFASTADA

Essa empresa tão valorosa para a sociedade brasileira foi, no último período, duramente vilipendiada pela gestão de um assediador indicado pelo governo fascista que findou. A exemplo da destruição ocorrida na Praça dos Três Poderes em Brasília, os bolsonaristas indicados para o banco atuaram incessantemente na destruição da Caixa 100% Pública e nos ataques aos seus empregados.

Além disto, os gestores impuseram a estratégia da privatização fatiada, através da venda de subsidiárias e da devolução irresponsável dos IHCDs (Instrumentos Híbridos de Capital



e Dívida) e o esvaziamento dos cofres do banco para atender a demanda eleitoral do governo federal de endividamento dos beneficiários do auxílio Brasil com empréstimos.

“Mas os trabalhadores da Caixa, apoiados pela sociedade, lutaram bravamente para que permanecesse 100% Pública. Além disto, não aceitaram as propostas indecentes de perda de direitos, atuaram arduamente para prestar o atendimento à população no pe-

ríodo da pandemia, e continuarão lutando por melhores condições de trabalho e de atendimento à população”, frisou Campanate.

Saudou a realidade atual da Caixa, agora, em seu aniversário, e, com o projeto do novo governo, se vendo livre das ameaças de privatização e passando a ser um importante instrumento de desenvolvimento social e econômico do país. “Seja muito bem-vinda de volta, Caixa Pública. Vem pro povo você também”, comemorou.

Pelo fim do sigilo no processo de assédio sexual de Pedro Guimarães

As investigações do Ministério Público Federal (MPF) sobre os casos denunciados de assédio sexual sobre funcionárias da Caixa Econômica Federal foram finalizadas e enviadas à Justiça Federal. Apesar da gravidade, tanto o inquérito, quanto o processo, encontram-se sob sigilo, segundo o site Metrôpoles, o primeiro a denunciar as ocorrências envolvendo diretamente Pedro Guimarães, ex-presidente do banco e amigo pessoal do ex-presidente Jair Bolsonaro.

José Ferreira, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, defendeu que, tanto o inquérito, quanto o processo sejam de conhecimento público. “Entendemos que dada a gravidade das denúncias esse sigilo dever ser suspenso para que a sociedade tome conhecimento do inteiro teor das investigações”, afirmou.

Em razão do segredo imposto aos autos, não se sabe sequer que medidas o procurador responsável



Pedro era importante aliado do ex-presidente Bolsonaro

pelo caso, Igor Nery Figueiredo, pediu. O MPF não confirma, nem extraoficialmente, se Guimarães foi alvo de uma acusação formal — caso tenha sido, o juiz avaliará a denúncia e decidirá, depois, se o ex-presidente da Caixa deve ou não ser condenado criminalmente. O resultado foi entregue à Justiça em dezembro.

Uma investigação interna encontrou fortes indícios de assédio moral e sexual praticados por

Pedro Guimarães. O relatório traz depoimentos de mais de 50 pessoas, entre as quais funcionárias vítimas de Guimarães e diversos documentos. Em entrevistas à TV Globo, elas contaram, por exemplo, que o presidente da Caixa pedia abraços em contextos constrangedores e deixava a mão escapar para passar por partes íntimas dos corpos delas. Ao ler o relatório, o ex-presidente Bolsonaro disse que não viu nada demais.

EX-PRÉDIO INTERDITADO

No dia 4 de janeiro, o Corpo de Bombeiros interditou todo o andar térreo do que já foi o prédio principal da Caixa no Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso (Centro). As dependências foram transferidas para o Passeio Corporate, e, há alguns meses, passou a funcionar, ali, uma grande loja ‘Melhor das Casas’, do grupo chinês ‘Casas da Mamãe’.

O Corpo de Bombeiros constatou perigo de incêndio, com fios elétricos expostos, caixas de papelão amontoadas até próximo ao teto impedindo a passagem de corredores, o que dificultaria o escape em caso de fogo. José Ferreira, presidente do Sindicato, criticou todo o processo que levou à saída da Caixa do imóvel, no governo Bolsonaro, até chegar à interdição agora.

No Brasil e no exterior atos repudiam tentativa de golpe

Protestos nas principais cidades brasileiras levaram milhares de pessoas às ruas nesta segunda-feira (9/1) para repudiar a tentativa de golpe feita por bolsonaristas no domingo. No Rio de Janeiro, a manifestação foi na Cinelândia, que ficou lotada. As manifestações foram a primeira resposta popular contra os grupos fascistas incentivados por Bolsonaro que, desde 30 de dezembro se encontra na Flórida (EUA), num condomínio de alto luxo.

Participaram do protesto, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, irmã da vereadora assassinada Marielle Franco, diversos parlamentares, entre eles Reimont (PT-RJ), Lindberg Farias (PT-RJ) e Enfermeira Rejane, dirigentes da CUT e de diversos sindicatos, entre estes, José Ferreira, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Além de representantes de diversas entidades da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil.



Foto: Nando Neves.

Protestos em todo o país e no exterior repudiaram tentativa de golpe. No Rio de Janeiro, manifestação lotou a Cinelândia.

Até o início da tarde desta segunda-feira (9/1) mais de 60 cidades brasileiras confirmaram atos de repúdio ao atentado terrorista de Brasília, além de manifestações em diversos outros países. No Rio de Janeiro, além da Cinelândia, houve atos em Cabo Frio, Campos, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende e Volta Redonda. No exterior, houve manifestações em Nova Iorque (EUA), Paris (França), Buenos Aires (Argentina), Berlim

e Frankfurt (Alemanha), Barcelona (Espanha), Dublin (Irlanda), Roma (Itália), Cidade do México (México), Lisboa (Portugal), Londres (Reino Unido) e Zurique (Suíça).

CENTRAIS SINDICAIS

As principais centrais sindicais brasileiras repudiaram os atos terroristas contra as instituições democráticas do país. Para as en-

tidades representativas da classe trabalhadora, os lamentáveis episódios ocorridos na capital do país são “um complô golpista que visa desacreditar o Estado de Direito e que, de forma criminosa, contou com a leniência do governo do Distrito Federal”

TERRORISMO EM BRASÍLIA

No domingo, insatisfeitos com a vitória de Lula – com a cumplicidade do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha e da Polícia Militar do DF – mais de 150 mil golpistas invadiram os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Quebraram tudo o que havia no caminho, como mesas, cadeiras, obras de arte, fotos e outros documentos históricos, além dos vidros das imensas janelas.

O objetivo era contestar o resultado das eleições que deram a vitória ao presidente Lula. E criar uma situação de caos visando levar os forças armadas a dar um golpe de estado.

Governo age com rapidez, se articula, e debela a crise

O governo Lula agiu com rapidez para controlar a crise causada pelos terroristas bolsonaristas que invadiram e depredaram os prédios do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional. Após ouvir seus ministros da Justiça, da Advocacia Geral da União e da Casa Civil, tomou a decisão de assinar, ainda durante a visita às vítimas das chuvas em Araraquara (SP), domingo à tarde, decreto de intervenção federal nas forças de segurança de Brasília.

Na noite de domingo, o presidente Lula se reuniu com a presidente do STF, Rosa Weber, para discutir como defender a democracia contra o golpe bolsonarista. Era evidente que o governador Ibaneis Rocha, tinha sido conivente com os golpistas, tanto que foi afastado do cargo por decisão do ministro do Supremo, Alexandre de Moraes. Ibaneis foi além tendo nomeado como secretário de segurança Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro que, no domingo, estava na Fló-



Ônibus levam presos, para a Polícia Federal, golpistas que estavam em frente do QG do Exército

rida, onde se encontra o ex-presidente, desde o último dia 30.

UNIÃO DOS PODERES

O governo Lula se articulou com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e o da Câmara dos Deputados, Arthur Lira que se manifestaram imediatamente condenando os atos terroristas. À tarde, a PM do DF acionara todo

o seu contingente para remover os bolsonaristas golpistas dos prédios invadidos, como para prender muitos deles, e procurar investigar os empresários que financiaram a tentativa de golpe, alugando ônibus, pagando refeições e faixas e os acampamentos.

Em reunião com os comandantes das forças armadas, o ministro da Defesa, José Múcio, tomou medidas para fazer cumprir outra

ordem de Alexandre de Moares, de retirada dos acampamentos bolsonaristas das frente dos quartéis do Exército. Nesta segunda-feira, pela manhã, cerca de 1.200 golpistas eram levados de ônibus para a Polícia Federal.

APOIO INTERNACIONAL

Presidentes e parlamentares de diversos países condenaram a ação golpista e manifestaram seu apoio a Lula, eleito democraticamente e empossado. Entre estes chefes de Estado estão o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que considerou a ação dos extremistas como ‘ultrajante’; da França, Emanuel Macron, do porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, do chanceler alemão, Olaf Scholz, e do primeiro-ministro espanhol, Pedro Sanchez, entre outros. As cenas perpetradas por vândalos em Brasília também foram repudiadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).